



Conab
Companhia Nacional de Abastecimento

CNPJ 26.461.699/0001-80

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008

Introdução

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab submete à apreciação dos Senhores Conselheiros, as Demonstrações Financeiras, concernentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

Mensagem da Diretoria

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando participou do Fórum Econômico Mundial de 2007, na cidade suíça de Davos, chamou a atenção, àquela época, sobre a grave crise da fome no mundo, citando, em especial, os países mais pobres.

Na oportunidade, o presidente Lula pediu aos 24 chefes de Estados presentes ao Fórum, maior sensibilidade para com o tema e, solicitou que as nações mais ricas repassassem um percentual aplicado na produção de armas para atender às necessidades dessas nações.

A reação foi positiva, visto a repercussão junto à opinião pública mundial, com destaque nos principais jornais internacionais. Embora elogiado pela iniciativa do governante brasileiro, o grupo dos países mais ricos, posteriormente, deu pouca importância ao assunto, pois adotam, com frequência, políticas protecionistas ao sistema produtivo agrícola, com fortes aplicações em subsídios.

Apesar das dificuldades em superar as barreiras existentes entre ricos e pobres, o Brasil tem avançado de forma eficaz no combate a esta constrangedora situação social. O governo federal investiu em programas específicos, no intuito de minimizar a miséria e a fome. Podemos citar como exemplo, o lançamento do então programa e atual estratégia Fome Zero. No primeiro governo do presidente Lula da Silva, se priorizou, também, melhor atendimento aos pequenos e médios produtores rurais, por meio do estímulo a produção da agricultura familiar, aonde consolida as ações do governo em atender nossas demandas internas aos que vivem em situação de carência alimentar.

Hoje, produzimos em torno de 134,7 milhões de toneladas de grãos, com exportação dos excedentes. Poderíamos atingir uma capacidade bem maior, em face da grandiosa extensão de terras agricultáveis do País, com a garantia da eliminação definitiva da fome nacional.

A Conferência Mundial sobre Alimentação, em 1974, projetou sua erradicação no período de 10 anos, ou seja, 1984. Esta previsão não se concretizou. Agora, 34 anos depois, segundo a FAO, até 2020, a carência alimentar será reduzida pela metade, mas 1,3 bilhões ainda passarão fome, sendo 10% só de crianças.

Desde a data de realização do Fórum observa-se que se intensificou a crise dos alimentos no mundo, que não tardou a eclodir. Soma-se, ainda, a recente crise financeira que abalou o planeta, com a falência das entidades financeiras, iniciada nos Estados Unidos e estendida à Europa e a Ásia.

Neste ponto, agrava-se de forma ainda mais acentuada a questão da fome, que passa a ocupar um plano secundário, com consequências devastadoras ao atingir os países mais pobres e suas populações. Desacelera neste aspecto a ajuda humanitária, quando se retira o foco das atenções. É patente, em contrapartida, que, para se estabelecer um patamar de investimentos para a erradicação desse flagelo, a atual crise econômica abala indubitavelmente qualquer redirecionamento de recursos financeiros em ressalva.

O relatório do Instituto Americano de Pesquisas (2007), aponta resultados nada animadores sobre a economia dos países pobres ligado a FAO. Apenas a África, para reverter o número de famintos, deverá ter disponível em torno de 76 a 186 bilhões de dólares, previstos em investimentos de infra-estrutura básica. Isto compreende estradas, irrigação e saúde entre outros.

Conforme a manifestação do presidente Lula, em Davos (2007), se as aplicações em armamentos fossem reduzidas, restariam recursos disponíveis ao atendimento dessa demanda alimentar. Hoje, apenas 10 bilhões de dólares seriam suficientes a reduzir significativamente a tragédia de crianças subnutridas no mundo. Este valor representa uma cifra ínfima e é bem menor do quanto se gasta na produção de armas.

O que é importante, neste contexto, é a política de governo implementada por meio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB nestes últimos anos, pois colocou o Brasil em posição privilegiada no cenário internacional, com destaque em sua larga experiência no atendimento às populações menos favorecidas, no combate a fome, a miséria e aquelas atingidas por calamidades.

Sem se distanciar da realidade, a Companhia chegou de imediato em apoio às vítimas dos temporais do Vale do Itajaí em Santa Catarina, disponibilizando àquelas populações, o alimento e o apoio logístico necessário a recomposição da dignidade social. O mesmo fenômeno se abateu, também, sobre o estado de Minas Gerais. Mais uma vez, a Empresa amparou as comunidades necessitadas com o apoio alimentar.

A CONAB tem sido uma das principais ferramentas do governo no resgate da cidadania e da dignidade, quando disponibiliza de forma tempestiva seu apoio aos pequenos e médios agricultores familiares, as populações atingidas por barragens, aos quilombolas, as populações indígenas, aos agaçados pelas intempéries. A Conab atua, também, resguardando a regulação de preços no mercado, intervindo com seus estoques estratégicos quando necessário, praticando a política de preços mínimos. Exemplo de ação regulatória bem sucedida neste ano foi a intervenção no mercado do arroz, garantindo, de um lado, a renda aos produtores e, de outro, preços razoáveis à população.

O fato é que a Companhia possui um amplo “know-how” no setor de abastecimento, na atuação e garantia de forma eficiente para a neutralização dos impactos desfavoráveis às questões afetas do setor produtivo agrícola e social.

A formulação da política agrícola nacional iniciou a CONAB, com tecnologias avançadas, protegendo o País de sobressaltos insurgentes de caráter político-social. Quais os principais fatores de desajustes diagnosticados que coloca em risco a estabilidade de uma região? Escassez de alimentos causada naturalmente por fortes variações climáticas, provocadas por razões naturais ou pela ação do homem, como desertificação por desmatamento, assoreamento dos rios, terremotos, pragas de insetos e enfermidades das plantas causadas por descontrolado ambiental da cadeia biológica alimentar.

Com o esforço de seus técnicos e especialistas a Conab se coloca diante das tarefas árduas de planejar, administrar e executar a política agrícola nacional, de colocar em prática a garantia do abastecimento, de levar o alimento à mesa dos mais necessitados, de assegurar à continuidade das atividades dos pequenos, médios e grandes produtores.

Aqui, se estabelece uma prioridade em investimentos no campo humano por meio de treinamento e capacitação, da valorização pessoal com aplicação em recursos administrativos e humanos. Enfim, para o aprimoramento de nosso corpo funcional, embora de alta qualidade técnica, se faz necessário uma constante atualização, de acordo com as atuais demandas, a medida em que o País avança em direção ao desenvolvimento.

Do terceiro ao primeiro mundo, existem obstáculos quase que intransponíveis, mas que foram e serão superados exatamente pela determinação de nossos colaboradores, estes que se dedicaram diuturnamente a esta CONAB. Assim, obtivemos também o reconhecimento internacional com constantes visitas de delegações estrangeiras em busca de informações, com a finalidade de usar nossa experiência em seus países.

A experiência nos qualificou a atuar em qualquer cenário internacional. A CONAB prestou assistência alimentar aos governos da Indonésia, afetado pelo recente tsunami ocorrido naquele país, ao Haiti, que passou por uma grave crise social, ao Panamá, à Cuba, à Honduras vitimados por furacões, sempre dentro dos programas humanitários do Governo Federal

A magnitude da CONAB nos deixa orgulhosos em trabalhar em uma Empresa, que cumpre eficazmente suas obrigações e desempenha com maestria sua capacidade quer o apoio a agricultura empresarial ou familiar, quer no atendimento social no Brasil e no exterior.

A Diretoria

DESEMPENHO CORPORATIVO

A agricultura brasileira, por décadas, apresentou um quadro de produção inexpressivo na atividade rural, com uma gama de questionamentos quanto à forma de melhor desenvolver o setor com maior produtividade. Plantio direto, uso de defensivos, monocultura, negócios, preços e mercado internacional.

A atividade rural necessitava de um apoio formal do estado. Por esta razão o governo uniu em um único ambiente a tecnologia, o “know how” e a capacidade de técnicos qualificados e experientes empresas, com os pressupostos em financiamento, em armazenagem e comercialização, além das informações precisas sobre política agrícola.

Neste sentido, entra no cenário a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada em 1990, com a fusão da Companhia Brasileira de Alimentos, da Companhia Brasileira de Armazenamento e da Companhia de Financiamento da Produção.

A Conab, em 2008, fechou o exercício com um saldo positivo em suas atividades, superando as expectativas almejadas, inclusive, com alteração de sua estrutura orgânica, com a criação de uma Diretoria de Recursos Humanos e Modernização, que terá, entre outras ações, a especial tarefa de reorganizar o quadro de pessoal da Companhia, com um novo foco na gestão de pessoas.

Reconhecida como uma Empresa com forte influência na definição do agronegócio brasileiro, tem sido parâmetro nas principais Bolsas de Mercadorias brasileiras e internacionais como a de Chicago, Nova York e Londres, que desempenham importante papel no mercado de “commodities”, com a regulação de praticamente quase todo o comércio internacional, mas com fortes interferências, também no mercado asiático nas bolsas de Tóquio, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan, entre outras.

Ainda com o perfil humanitário, a Companhia atendeu, tempestivamente, as recentes catástrofes ocorridas nos estados de Santa Catarina e Minas Gerais, colocando a serviço da população local, os gêneros alimentícios tão necessários a garantia de sobrevivência e apoio logístico na recuperação das perdas aos produtores da região. Em pequeno espaço de tempo, atendeu demandas internacionais, também com auxílio de caráter humanitário na Ásia, na América Latina e África.

A Conab está presente no desenvolvimento social, com o apoio material e conhecimento de causa, com informações precisas na cidade e no campo, em atendimento de suas principais carências, nutridas com a atuação eficaz da Companhia Nacional de Abastecimento, uma empresa pública a serviço do governo, da sociedade Brasileira.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Da Distribuição de Cestas de Alimentos

A distribuição de cestas e alimentos é uma ação social do governo federal que visa garantir, de forma regular, um composto alimentar a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar. São contempladas as famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas para sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, de remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

A coordenação das demandas encontra-se sob gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS que, em articulação com a FUNAI, FUNASA, INCRA, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, definem os beneficiários, a composição da cesta, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O suprimento das cestas é realizado por meio de compras no mercado regular, fazendo uso do sistema de leilão eletrônico da Conab, e de alimentos originários de aquisições da Agricultura Familiar, via Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Os estoques repassados em 31 de dezembro de 2007, para distribuição em 2008, foram de 10.748 toneladas, correspondendo a 482.411 atendimentos.

A Conab, em 2008, recebeu para atendimento, demandas do MDS/SESAN com transferências de crédito no valor de 41,4 milhões reais, adquirindo 18,7 mil toneladas de produtos e transferidas do PAA 6,2 mil toneladas de alimentos.

Nesse período, foram distribuídas 1.439.256 cestas de alimentos, totalizando 32.552 mil toneladas, suplementando as necessidades alimentares e nutricionais de 354.218 famílias carentes.

Tal volume é 48% inferior ao realizado em 2007, que registrou a distribuição de 49.589 mil toneladas de alimentos, em face de liberação dos recursos apenas no mês de junho de 2008 pelo MDS/SESAN. Há de se considerar, também, a alta nos custos dos alimentos e o reduzido estoque de produtos do PAA na composição das cestas.

Distribuição de Cestas de Alimentos	
Beneficiários	Nº de Cestas
Famílias Acampadas	925.517
Comunidades Quilombolas	112.873
Comunidades de Terreiros	38.933
Comunidades Indígenas	278.534
Atingidos por Barragens	59.338
Marisqueiros/ Caranguejeiros	3.744
Atendimentos Emergenciais	20.317
Total	1.439.256

Destaca-se, ainda, a participação da Conab na Operação de Combate aos Efeitos da BERIBÉRI, com repasse de 97 mil reais, com previsão de disponibilizar ao Governo do Estado do Maranhão 200 toneladas arroz beneficiado do governo do Maranhão, visando a troca do produto contaminado por fungos de micro toxinas causadoras da doença, detectadas no sudeste da cidade de Imperatriz. O montante de 364 toneladas de arroz em casca utilizadas no beneficiamento, fazia parte dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) armazenados em Balsas.

Da Distribuição de Cestas de Alimentos – Emergenciais

Por solicitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, a Conab adquiriu, em caráter emergencial, cestas de alimentos destinadas as comunidades atingidas pelas adversidades climáticas ou catástrofe de outra natureza, submetidas à situação de insegurança alimentar e nutricional, em virtude de sua capilaridade e agilidade operacional.

Em 2008, foram repassados aproximadamente 49,1 milhões de reais, na compra de 21,5 mil toneladas de produtos, com a utilização de 2,1 mil toneladas de produtos oriundos do PAA, totalizando 740 mil cestas de alimentos. Desse total, foram distribuídas 7 mil toneladas, equivalente a 296 mil cestas, em diversos estados. Ao final do período, o saldo remanescente somou 16,9 mil toneladas.

Em comparação ao volume doado em 2007, em torno de 4,1 mil toneladas, o quantitativo fornecido em 2008 foi superior em 70,7%, influenciado pelos atendimentos realizados, principalmente nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Piauí.

Distribuição de Cestas de Alimentos (Emergenciais) por Região	
Região	Quantidade de Cestas (t)
Norte	734.212
Nordeste	3.233.640
Centro Oeste	240.500
Sudeste	1.535.499
Sul	1.255.595
Total	6.999.446

Da Ajuda Humanitária Internacional

O governo brasileiro tem despendido esforços para ampliar sua assistência humanitária aos países em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para tanto, instituiu um grupo de trabalho interministerial para tratar do assunto, com a incumbência de definir as ações de ajuda humanitária a partir das demandas apresentadas por representações diplomáticas.

Para essas doações são utilizados alimentos dos estoques públicos e produtos de aquisições da Agricultura Familiar, mediante prévia autorização dos órgãos detentores dos estoques o MDS e o MI.

Em 2008, a Conab comandou emergencialmente a expedição de 1,6 mil toneladas de produtos básicos a sete países, destinados às populações atingidas por calamidades, a saber:

Ajuda Humanitária Internacional – Distribuição de Produtos							
País	Mocambique	Zâmbia	Bolívia	Haiti	Cuba	Paraguai	Jamaica
Qtd(e)	6.000	6.500	5.500	527.570	528.530	28.014	500.000
							1.602.114

Por força da Medida Provisória 444/2008, foram autorizadas as doações de 45 mil toneladas de arroz, 2 mil toneladas de leite em pó e 500 kg de sementes de hortaliças, para as populações de Honduras, Haiti, Jamaica e Cuba, que se encontram acometidas por catástrofes climáticas. Inicialmente, foram embarcadas 900 toneladas de leite em pó e 600 toneladas de arroz.

O apoio técnico do governo brasileiro em ações de segurança alimentar e nutricional e a troca de experiências fizeram a Conab presente em ações no Timor Leste, com apoio na elaboração de projetos de abastecimento e de Segurança Alimentar e Nutricional, a exemplo do PAA e do Programa de Distribuição Gratuita de Alimentos (Projeto em fase final de implementação).

Realizou visitas técnicas em prospeção de novas tecnologias para operacionalização de mercados atacadistas de hortigranjeiros europeus, com a finalidade de aplicação no Brasil, aonde foram acertados acordos de cooperação técnica em Portugal, com a Mercasa, na Espanha, com a Mercamadrí, na França, com a Rugis. Nesses países, o acordo prevê reciprocidades em treinamentos entre os técnicos de cada país. Alemanha e Dinamarca, apenas a cooperação técnica. Os acordos estão em fase de formatação por meio do Itamaraty.

Do Apoio Institucional ao Fome Zero

A Conab recebeu material de assistência humanitária destinado às vítimas de calamidades nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, perfazendo um estoque total de 1.193.155.

Foi ampla a atuação da Conab em auxílio às vítimas do Vale do Itajaí, em face dos fortes temporais ocorridos na região, com desmoronamentos de encostas e soterramentos de cidades. Na linha de frente, distribuiu cestas de alimentos e material de apoio, colocando armazéns e equipe técnica nas operações em parceria com o Exército, Secretaria Nacional de Defesa Civil e governo do Estado, na coleta, na guarda, na seleção e na distribuição dos produtos doados pelos demais estados, população e empresas, recebendo recursos na ordem de 1,156 milhão de reais.

Do Apoio Logístico ao Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia de governo que envolve o estado e a sociedade, com um conjunto de ações voltadas aos brasileiros com carência alimentar, de maneira que tenham acesso a uma alimentação balanceada, na quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

Por orientação das Portarias Interministeriais nº 183/2003 e nº 1.128/2008 a Conab participa do Fome Zero, com o abastecimento alimentar, como executora operacional, dentro de suas atribuições institucionais. A direção da empresa orientou que sua participação fosse direta, com prioridade ao atendimento aos processos do Fome Zero, de forma a disponibilizar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) toda sua estrutura e capilaridade operacional, para o recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo, máquinas, eletroeletrônicos, peças de vestuário, utensílios, veículos e brinquedos.

Acrescenta-se, ainda, a aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio as ações de suplementação alimentar, serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico, doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulação com instituições de interesse público. Em síntese, esse apoio em 2008 alcançou sete Unidades da Federação e pode ser definido em três linhas de ações:

a) Produtos Recebidos em Doação

Em 2008, foram distribuídas mercadorias no valor de 765,6 mil reais, num total de 58 atendimentos em 10 municípios.

Distribuição de Mercadorias por Estados - Valor	
Estado	Valor (R\$)
Amazonas	72.294
Bahia	6.879
Goiás	12.696
Paráiba	13.137
Rio de Janeiro	660.622
Total	765.629

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

A Conab recebeu, guardou, transportou e distribuiu 171,5 mil impressos de divulgação do Fome Zero, utilizados em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Distribuição de Materiais Informativos e Pedagógicos	
UF	TOTAL
Distrito Federal	169.970
Goiás	1.600
Total	171.570

c) Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Atendendo às solicitações de entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, em 2008, usou os estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar e doou 14,66 mil toneladas de produtos, utilizados em ações de suplementação alimentar.

Dados sobre Doação de Produtos da Agricultura Familiar	
Número de Municípios Atendidos	655
Número de Pessoas atendidas	1.89 mil
Quantidades de Produtos Doados	14.666 mil

Do Apoio aos Criadores de Pequeno Porte

Programa de Vendas em Balcão

Para contrapor as dificuldades dos pequenos criadores em suprir suas demandas de ração necessária dos rebanhos, em face da falta de acesso aos estoques governamentais ofertados em leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias, foram realizadas as Operações de Vendas em Balcão, que permitem o escoamento pulverizado dos estoques públicos, favorecendo os pequenos criadores, as agroindústrias de menor porte, as entidades de classe, as instituições de ensino e as pesquisas aos produtos ofertados pela Conab.

Com essas operações de Vendas em Balcão, o governo assegura aos segmentos produtivos de menor porte, o acesso aos insumos para o desenvolvimento de suas atividades, favorecendo a geração de emprego e renda, sobretudo em áreas de maior demanda social.

Para que um maior número de clientes tenha acesso aos produtos ofertados, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e comprador, sendo 14 toneladas de milho em grão para as regiões Norte e Nordeste e 27 toneladas para as regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul. Estabelecido o limite para 100 toneladas de arroz em casca, 10 de castanha de caju, 50 de trigo e 1 mil unidades de sacaria para todas as regiões.

As Vendas em Balcão dos produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e a atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 20 estados, totalizando 75,7 mil toneladas de produtos, sendo 75,4 mil toneladas de milho em grãos e 175 toneladas de castanha de caju, com benefício direto de 29,5 mil atendimentos.

Vendas em Balcão - Produtos dos Estoques Públicos		
Produto	Quantidade Tonelada	Atendimento Quantidade
Milho em Grãos	75.525	29.516
Castanha de Caju	175	31
Total	75.700	29.547

Do Apoio ao Comércio Varejista de Pequeno Porte

A necessidade de se preservar a diversidade do micro comércio de produtos básicos das periferias das pequenas e grandes cidades, de forma a satisfazer as demandas de suas comunidades circunvizinhas com mercadorias de qualidade e preços condizentes com o mercado, levou a Conab a desenvolver ações para modernizar e fortalecer esse sistema de comércio.

Assim, criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, com a função indutora de promover, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com perspectiva de associativismo, com vistas a fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias de suprimento a clientela.

A rede encerrou o ano de 2008 com aproximadamente 1,4 mil unidades varejistas cadastradas, algumas já agrupadas em uma das quatro Centrais de Negócios constituídas, nos estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas e da Paraíba e três, em processo de formação, nos estados da Bahia, do Piauí e Maranhão.

Do Apoio a Modernização do Setor Hortigranjeiro

O mercado de produtos hortigranjeiros tem significativa relevância em termos físico e financeiro junto ao setor econômico, sendo considerado um dos segmentos da agricultura com maior potencial de crescimento.

Apesar da pujança e da expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados, é um mercado desprovido de capacidade de articulação – em face da quebra da sua unidade sistêmica – alguns mercados, ainda encontram-se filiados a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – Abracen.

O problema enfrentado por este setor trouxe de parte de seus consignatários, proposta à Conab, para participação e diagnóstico da questão, em busca de uma solução. Com este cenário, a Companhia iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuíssem na melhoria dos processos produtivos, de guarda e conservação, de transporte e de comercialização dos produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, efetivado pela Portaria nº 171, de 24 de março de 2005, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

A coordenação do programa é exercida pela Conab, em conjunto com os Mercados Atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, de produção e comercialização.

Da Formação dos Estoques Públicos

Em 2008, a Conab adquiriu por meio de AGF (Aquisição do Governo Federal) 393 mil toneladas de produtos, sendo 7 mil de sisal, 149,4 mil de milho e 236,1 mil de trigo, totalizando um gasto de R\$ 160,1 milhões.

Por intermédio do mecanismo de Contrato Público de Opção de Venda, adquiriu 821 mil toneladas de milho pelo montante de R\$ 213,4 milhões. Também foram negociados 40.859 contratos equivalentes a 1,1 milhão de toneladas de trigo, com previsão de exercício em março de 2009, ou seja o comprador irá optar pela entrega ou não do produto à Conab, cujo custo está estimado em R\$ 591,3 milhões.

Da Garantia de Sustentação de Preços ao Produtor

O apoio à comercialização dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos, também se dá pela utilização dos instrumentos de garantia e sustentação de preços, os quais exoneram o Governo Federal da obrigação de adquirir os produtos.

Para tal finalidade a Conab opera os seguintes instrumentos de equalização de preços (subvenção econômica): PEP – Prêmio de Escoamento do Produto; PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa e PROP- Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda.

As operações de PEP realizadas em 2008 foram destinadas ao escoamento de 591 mil toneladas de milho, 309 mil toneladas de trigo (R\$ 53,7 milhões) e 26,6 milhões de litros de vinho uvinífera (R\$19,3 milhões) representando um desembolso de R\$ 98,4 milhões.

Por intermédio do PEPRO foram negociadas 1 milhão de toneladas de algodão em pluma, com previsão de pagamento de subvenção no total de R\$ 549 milhões.

Para o escoamento da produção de milho do Mato Grosso, foram negociados, no primeiro leilão, 24.086 contratos de Prêmio de Risco de Opção Privada-PROP representando 650 mil toneladas, com subvenção prevista no valor de R\$ 43,4 milhões.

No segundo leilão, foram ofertados os 24.086 contratos do leilão anterior sendo negociados 17.693 contratos, correspondendo a 477 mil toneladas de milho e desembolso pelo titular do contrato (ente privado) de R\$ 300 milhões.

Da Comercialização dos Estoques Públicos

A venda dos estoques públicos visa regular o abastecimento ou corrigir as distorções de preços. Em 2008, foram comercializadas 1,61 mil toneladas de feijão com uma receita de 2, 759 milhões de reais. De arroz em casca foram 8,9 mil toneladas, com um aporte de R\$ 5,66 milhões. De milho foram 6,08 mil toneladas, com receita de R\$ 18,8 milhões e, finalmente apurou-se a quantia de R\$ 2,13milhões na comercialização de 4,9 mil toneladas de café.

Foram comercializados o quantitativo de 3,42 mil toneladas de milho aos segmentos da avicultura, da suinocultura e de bovinocultura leiteira das regiões norte/nordeste, norte de Minas Gerais e os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo com a modalidade de Valor do Escoamento do Produto (VEP), com a estimativa de R\$ 37,6 milhões.

Da Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi criado por meio da Lei nº 10.696/2003 (art.19), como uma política inscrita no âmbito do então Programa e atual Estratégia FOME ZERO com a finalidade de incentivar a agricultura familiar com ações vinculadas à aquisição de produtos agropecuários para a formação de estoques públicos e/ou sua distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar.

O PAA representa uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar. Trata-se de efetiva inclusão social, uma vez que, por meio de um mercado institucional, é assegurada renda a essas famílias provedoras de alimentos no limite de até 3.500 reais por família por ano.

Favorece também a integração entre programas, ações e projetos, públicos e/ou privados, estabelecendo a alimentação como mote ou veículo para articulação de processos sociais mais amplos que conjuguem aspectos de educação alimentar, saúde, saneamento, etc., atuando como um vetor para a dinamização das economias locais.

O PAA opera por meio de 5 instrumentos. Dois destes (Compra Direta Local e PAA-Leite) são executados por Prefeituras Municipais e governos estaduais a partir de convênios com o MDS. Outros 3 instrumentos (Compra Direta, CPR-Estoque e CPR-Doação) são operados pela Conab, mediante os repasses de recursos efetuados pelo MDS e MDA. A CPR-Doação é operada exclusivamente com recursos do MDS, enquanto os demais instrumentos operam com as duas fontes.

Os alimentos adquiridos por meio da CPR-Doação são destinados integralmente para as famílias em insegurança alimentar, ou para os programas sociais governamentais ou não. Já aqueles adquiridos por meio da Compra Direta e da CPR-Estoque compõem estoques públicos para doação posterior. Quando a aquisição se faz por meio da CPR-Estoque e com recursos do MDA, a doação só pode se dar parcialmente, mediante aprovação prévia deste Ministério.

Em 2008, a Conab executou R\$ 276,4 milhões, envolvendo a aquisição de 178,5 mil toneladas de alimentos e 92.158 agricultores familiares, por intermédio dos instrumentos de comercialização: CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar, CPR-Doação – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e CPR-Estoque – Formação de Estoque pela Agricultura Familiar.

Origens dos Recursos/ Instrumentos	Valor das Operações (R\$)	Nº de Agricultores Familiars	QUANTIDADE (kg)
MDS	187.187.347,72	65.460	117.649.085
- CDAF	3.593.827,22	1.076	3.042.676
- CPR-(DOAÇÃO *)	182.677.903,46	64.109	114.105.675
- CPR-ESTOQUE	915.617,04	275	500.734
MDA	89.231.151,00	26.698	60.854.566
- CDAF	42.713.811,96	12.258	10.829.924
- CPR-ESTOQUE	46.517.339,04	14.440	50.024.642
Total	276.418.498,72	92.158	178.503.651

(*) - 10.466.480 pessoas atendidas e 17.761 entidades beneficiadas

REGIÃO	Nº DE AGRICULTORES FAMILIARES	Nº DE MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (KG)	RECURSOS GASTOS COM AQUISIÇÃO
NORTE	5.217	88	13.322.560	15.679.112
NORDESTE	27.190	381	44.065.134	80.840.103
SUDESTE	25.587	244	48.694.295	73.621.789
SUL	31.010	304	66.810.458	96.383.980
CENTRO-OESTE	3.154	76	5.611.204	9.893.516
TOTAL BRASIL	92.158	1.093	178.503.651	276.418.499

DAS INFORMAÇÕES AGRÍCOLAS

A Conab consolidou, junto ao Governo, sociedade e usuários do exterior, a imagem de ser a principal referência oficial brasileira de informações agrícolas (safras, custos de produção e preços), como resultado dos investimentos na qualificação técnica de seu trabalho.

Para tanto, a Conab tem mobilizado o apoio de institutos de pesquisa, universidades e outros agentes, o que tem proporcionado uma constante melhoria dos nossos métodos e permitido, pela constante cooperação técnica, a qualificação de sua equipe.

Foram aprimorados os levantamentos dos prognósticos de safras agrícolas e os anúncios de safra passaram a ser mensais, o que se fez pela combinação de alterações metodológicas com a modernização do instrumental tecnológico utilizado.

No que concerne às tecnologias utilizadas, seguindo as orientações estratégicas de governo (de utilização de plataforma linux e sistemas de códigos-fonte abertos/softwares livres), foram incorporados instrumentos de tecnologia da informação que permitem o desenvolvimento de softwares adequados às necessidades da Conab, o que, combinado com o uso de ferramenta auxiliar (geotecnologias/imagens de satélites) proporcionou maior precisão na definição das áreas de cultivo para produtos como soja, arroz, café, trigo e cana.

Faz uso também de metodologias que compartilham dados agrometeorológicos (pluviosidade, temperatura e radiação solar) para estimar o rendimento das culturas, e outras que, na produção de mapas, utilizando escala de cores, permitem visualizar o índice de vegetação e estimar rendimento normal ou acima da média para uma dada cultura - método auxiliar para avaliar o comportamento esperado das safras e/ou o ritmo de expansão/ retração das áreas cultivadas.

Na área de informações registre-se a sequência na implementação do projeto GeoSafras que se vale do uso de tecnologias modernas (georreferenciamento, GPS, etc) para os levantamentos e avaliações de safras; o aprimoramento dos sistemas de informação (SIAGRO e SIGABrasil) com vistas a manutenção do banco de dados que dispõe de 6.335 séries de preços, 87 indicadores econômicos, quadro de suprimentos, balança comercial etc. No que se refere a apuração de custos de

produção a ampliação dos produtos trabalhados para atender o PGPAF(Programa de Garantia dos Preços da Agricultura Familiar) e a PGPM/Produtos da Sociobiodiversidade etc.

No que tange a elaboração de análises do mercado agropecuário, estudos e propostas de apoio à comercialização e garantia de renda ao produtor rural, destacamos os trabalhos relacionados a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade (açai, babaçu, pequi e borracha natural-extrativa) na pauta da PGPM, resultado da parceria entre a Conab e o MMA, que envolveu desde a alteração na legislação (lei de subvenção e Decreto-lei 79/66) até o estudo das cadeias destes produtos, com visitas aos locais de produção e articulações com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda e também com a Casa Civil.

A competência de quem conhece

Nota-se, que a Conab tem cumprido fielmente o relevante papel frente aos grandes desafios do País, quais sejam o de garantir o equilíbrio dos estoques públicos e de mercado, o de manter os preços estáveis, ao mesmo tempo, a integridade da classe produtora brasileira, sem distinção entre pequenos, médios ou grandes.

Assegurar o alimento à mesa dos desassistidos, levando a certeza de um amanhã melhor as crianças dos mais longínquos rícos, a adultos e velhos saídos de regiões inhóspitas em busca de melhores condições de vida, as margens dos grandes aglomerados urbanos.

E, finalmente, a de desempenhar a primordial função social de assistir, integrar, incluir, garantir alimentos a centenas de milhares de brasileiros desabrigados da cidadania, até de outros países, dos pequenos e grandes negócios do campo e da cidade, da tecnologia de ponta em guardar e abastecer, de levar e trazer o desenvolvimento ao mundo do agronegócio, planejando e executando uma única política, a política da segurança para a vida.

Esta é a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, uma empresa genuinamente brasileira.

Brasília (DF), 02 de março de 2009

Wagner Gonçalves Rossi
Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2008					
A T I V O	VALORES EM R\$ MIL		PASSIVO	VALORES EM R\$ MIL	
	2008	2007		2008	2007
CIRCULANTE	2.005.718	2.303.024	CIRCULANTE	1.977.015	2.157.479
DISPONÍVEL	64.026	65.594	DEPÓSITOS	19.666	73.034
Bancos Conta Movimento	10	10	CONSIGNAÇÕES	2.198	1.862
Aplicações Financeiras	64.016	65.584	Pensão Alimentícia	14	0
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	591.485	761.418	Planos de Seguros	64	108
CRÉDITOS A RECEBER	516.630	423.960	Empréstimos	147	64
Devedores por Fornecimento	27.352	18.247	Outros Tributos e Consignações	1.973	1.690
Créditos Tributários	182.102	178.109	RECURSOS DA UNIÃO	11.273	11.309
Recursos a Receber	141.356	217.057	Recursos Fiscais	3.839	4.189
Créditos Diversos a Receber	165.820	10.547	Recursos Previdenciários	7.434	7.120
DEVEDORES-ENTIDADES E AGENTES	71.389	334.400	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.195	59.863
Entidades Devedoras	30.380	14.118	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.957.349	2.084.445
Créditos Parcelados	117	119	OBRIGAÇÕES A PAGAR	94.533	27.769
Recursos da União	9.829	27.362	Fornecedores	79.016	19.623
Diversos Responsáveis - Apurados	31.063	292.801	Pessoal a Pagar	25	17
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.466	3.034	Encargos Sociais a Recolher	813	1.001
Adiantamentos a Pessoal	3.447	3.034	Obrigações Tributárias	1.839	38
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	19	0	Débitos Diversas a Pagar	6.448	3.453
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0	24	Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	6.392	3.637
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.350.175	1.475.975	PROVISÕES	84.091	82.231
Estoques para Alienação	996.370	1.184.901	Provisão para Férias	19.686	17.577
Almoxarifado	1.194	952	Provisão para o INSS	9.251	9.251
Títulos e Valores em Circulação	155	507	ICMS s/Mercadorias para Revenda	1.834	0
Materiais em Trânsito	52	87	Provisão para ICMS	46.469	46.469
Compra Antecipada - Entrega Futura	352.404	289.528	Provisão p/IRPJ e CSLL	0	2.807
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	32	37	Encargos Sociais sobre Provisões	6.851	6.127
Valores Pendentes	32	37	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	457.926	411.185
ATIVO NÃO - CIRCULANTE	422.653	279.211	Entidades Credoras	457.926	411.185
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	193.617	54.474	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.320.149	1.551.220
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	34.296	32.711	Operações Especiais	1.320.149	1.551.220
Depósito Compulsório	838	838	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	559	11.800
Recursos Vinculados	33.458	31.873	Adiantamentos de Clientes	559	11.800
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	159.321	21.763	VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	7	0
Devedores - Entidades e Agentes	6.682	6.687	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	240
Créditos Diversos a Receber	152.639	15.076	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	73	0
INVESTIMENTOS	90.111	90.404	PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	69	69
Participações Societárias	35.026	35.026	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69	69
Outros Investimentos	55.085	55.378	Depósitos e Cauções	69	69
IMOBILIZADO	138.925	134.333	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	451.287	424.687
Bens Imóveis	228.535	221.567	Capital	223.181	223.181
Bens Móveis	55.185	47.601	RESERVAS	49.471	37.313
Depreciações	(144.795)	(134.835)	Reservas de Capital	26.651	26.545
			Reservas de Lucros	22.820	10.768
			LUCROS A DESTINAR	178.635	164.193
TOTAL	2.428.371	2.582.235	TOTAL	2.428.371	2.582.235

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Exercício findo em 31 de dezembro de 2008										
DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	DOAÇÕES E SUBVENC.P/ INVESTIMENTO	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO			
SALDO EM 01/01/2007	223.181	25.373	0	0	705	10.003	0	139.224	0	398.486
RESULT. DE EXERC.ANTERIOR								(26)		(26)
RESULTADO DO EXERCÍCIO								29.398		29.398
TRANSF.P/AUM. DE CAPITAL			443							443
DOAÇÕES			0		23					23
CONSTITUIÇÃO RESERVA						766		(766)		
DIVIDENDOS PROPOSTOS								(3.637)		(3.637)
SALDO EM 31/12/2007	223.181	25.373	443	0	728	10.769	0	164.193	0	424.687
RESULT.DE EXERC.ANTERIOR								(266)		(266)
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								(163.927)		(163.927)
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES								152.356		152.356
RESULTADO DO EXERCÍCIO									28.779	0
RESULT. DO EXERC. A DESTINAR									(26.278)	0
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								26.278		26.278
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO							11.570			11.570
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL			835							835
DOAÇÕES					107					107
DOAÇÕES TRANSF.P/RESERV.CAPITAL					(835)					(835)
CONSTITUIÇÃO RESERVA						481			(435)	481
DIVIDENDOS PROPOSTOS									(2.066)	0
SALDO EM 31/12/2008	223.181	25.373	443	835	0	11.250	11.570	178.634	0	451.286
As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis										

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2008				
EM R\$ 1.000				
DESCRIÇÃO	2008	%	2007	%
1.RECEITAS	770.397	195,71	884.937	228,95
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	762.851	193,79	885.254	229,03
1.2 - Não Operacionais	7.546	1,92	(317)	-0,08
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	794.602	201,86	874.057	226,13
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	695.034	176,56	798.481	206,58
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	99.568	25,29	75.576	19,55
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(24.205)	-6,15	10.880	2,81
4.RETENÇÕES	11.811	3,00	10.770	2,79
4.1 - Depreciação	11.811	3,00	10.770	2,79
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(36.016)	-9,15	110	0,03
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	429.659	109,15	386.415	99,97
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	429.659	109,15	386.415	99,97
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	393.643	100,00	386.525	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	393.643	100,00	386.525	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	316.356	80,37	273.515	70,76
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	46.832	11,90	79.431	20,55
8.3 - Juros e Aluguéis	1.676	0,43	1.374	0,36
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	28.779	7,31	32.205	8,33
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda e Contr. Social	0,00	0,00	2.049	0,53
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	0,00	0,00	758	0,20
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	28.779	7,31	29.398	7,61
8.8 - Dividendos	2.066	0,52	3.637	0,94
8.9 - Destinação para Reserva Legal	435	0,11	766	0,28
8.10 - Lucros Retidos	26.278	6,68	24.995	6,47

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2008		
DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2008	2007
ATIVIDADES OPERACIONAIS	28.779	29.398
Lucro Líquido do Exercício	(13.410)	10.547
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	9.563	9.563
Depreciações	(301.936)	3.329
Redução (Aumento) nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(2.227)	53.189
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	75.701	(77.803)
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	263.011	9.620
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(604)	(19.026)
Redução (Aumento) em Pessoal e Encargos	24	(13)
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	77	19.158
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(105.271)	(56.335)
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	62.494	(1.785)
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	(53.668)	33.914
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	1.861	3.637
Aumento nos Dividendos a Pagar	46.742	30.882
Aumento nas Provisões	(11.242)	1.937
Aumento nas Entidades Credoras	(1.585)	(1.084)
Aumento (Redução) nos Valores Imóveis	0	(450)
Aumento nos Recursos Vinculados	0	(450)
Redução nas Operações de Crédito Externa	14.869	39.945
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.869	39.945
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	0	9
Desincorporação de Participações Societárias	293	1.528
Desincorporação de Outros Investimentos	(14.551)	(10.059)
Aplicações no Imobilizado	(14.258)	(8.522)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(14.258)	<

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

A Companhia tem como missão institucional contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento, com papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão agrícola de parte da população voltada a essa atividade. Para tanto, atua com uma estrutura composta de unidades administrativas na Matriz e 21 Superintendências Regionais e, ainda, por 96 unidades armazenadoras, constituídas de 179 armazéns, destinadas à prestação de serviços de armazenamento de estoques públicos e privados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas adotadas no Brasil, de conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, a Lei nº 4.320/64, que define as normas de direito financeiro e orçamentário da União e a Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.

A Conab, como entidade de Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, elabora as demonstrações contábeis, utilizando critérios que atendam aos requisitos do orçamento público.

Em observância à Decisão Normativa – DN/TCU nº 94/08, a Conab apresentará Prestação de Contas consolidando a Matriz e as Superintendências Regionais dos seguintes estados: AM, BA, CE, ES, MA, MT, MS, PA, PE, PB, PI, RJ, RN, RS, SC, SP e TO. As demais Superintendências (GO, MG, PR e RO) apresentarão Prestação de Contas individuais.

3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA – LEI Nº 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638/07 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), que tratam da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de permitir a convergência futura das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Destaque-se que grande parte dos dispositivos alterados pela nova lei dependem de regulamentação.

Em função das necessidades de convergência internacional das normas contábeis, da centralização na emissão de normas dessa natureza, representação e processos democráticos na produção dessas informações, pela Resolução CFC nº 1.055/05, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, cujo objetivo é "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

As modificações introduzidas na Lei das Sociedades por Ações, pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03/12/2008, geraram muitas dúvidas, levando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis a avaliar, analisar, pronunciar-se a respeito e propor a normatização dos assuntos em discussão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado a partir da União de esforços e comunhão de objetivos das seguintes entidades: ABRASCA, APIMEC NACIONAL, BOVESPA, CFC, FIECAFI e IBRACON, além de sempre convidar, para participar da análise e avaliação das matérias em debate, representantes do Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal (SRF) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Em face da necessidade de regulação das alterações produzidas pela Lei nº 11.638/07 na legislação societária, a CVM, em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), divulgou, no início de 2008, o Programa de Trabalho – 2008 a 2010, relativo à edição de normativos objetivando a convergência às normas internacionais de contabilidade.

O Programa de Trabalho – 2009 foi desenvolvido para direcionar a ação regulatória da CVM, em conjunto com o CPC, visando à integral convergência, em 2010, das normas contábeis das companhias abertas com os padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). Os pronunciamentos constantes do Programa de Trabalho serão emitidos ao longo do ano de 2009, devendo estar totalmente concluídos até o final do 3º trimestre.

Quanto à vigência dos pronunciamentos emitidos em 2009, o Colegiado da CVM, em reunião realizada em 09/12/2008, decidiu que as Deliberações aprovando os referidos Pronunciamentos do CPC terão aplicação apenas para o exercício de 2010, devendo, no entanto, as demonstrações financeiras de 2009 serem ajustadas para fins de comparabilidade. Decidiu, ainda, que as companhias abertas poderão antecipar para 2009 a adoção completa das Deliberações referendando os Pronunciamentos do CPC, desde que ajustem as suas demonstrações de 2008 para fins de comparabilidade.

Em 02 de maio de 2008, a CVM emitiu a Instrução nº 469/08 que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638/07. Nesta instrução, é facultada às companhias a aplicação imediata nas Informações Trimestrais (ITRs) do exercício de 2008 de todas as disposições contábeis contidas na nova lei ou a divulgação em nota explicativa as ITRs, com as alterações que possam ter impactos sobre as demonstrações contábeis de encerramento do exercício de 2008, estimando os possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado do período (aplicável às Sociedades de Grande Porte).

A Conab optou por divulgar os efeitos da nova lei em notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em face do exposto, a Administração da Companhia continuará avaliando os efeitos decorrentes das futuras regulamentações e promoverá as adequações necessárias.

As principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com aplicação a partir do exercício de 2008 (as demais carecem de regulamentação), referem-se a:

I. Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pelo Fluxo de Caixa, segregando-se essas alterações em no mínimo 03 fluxos:

- das operações;
- dos financiamentos; e
- dos investimentos.

II. Obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA;

III. Desmembramento dos subgrupos de contas do Ativo Permanente em: investimentos, imobilizado, intangível e diferido;

IV. Possibilidade de criação da reserva de incentivos fiscais, prevendo que a assembléia geral poderá propor, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;

V. Obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

VI. Obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo, os demais ajustados quando houver efeito relevante;

VII. A Conta "Lucros/Prejuízos Acumulados" foi excluída, surgindo a Conta "Prejuízos Acumulados". Nesta fase de transição, a Secretária do Tesouro Nacional – STN criou as Contas "Lucros a Destinar do Exercício" e "Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores", para registro dos Lucros pendentes de destinação, até a aprovação da proposta pela Assembléia Geral.

VIII. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

a. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

Foi elaborada de acordo com a Lei nº 11.638/07, NBC T 3.8, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.125/08.

b. Demonstração do Valor adicionado - DVA

Foi elaborada de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Norma de Contabilidade – NBC T 3.7, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.010/05.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se a práticas e aplicação apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. **Aplicações Financeiras:** registradas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício. Os recursos são aplicados em Títulos Públicos Federais, por meio do "BB EXTRAMERCADO FAE FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA";

b. **Créditos a Receber:** as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. **Estoques Reguladores e Estratégicos:** a formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são executadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, excluído o ICMS recuperável, conforme disposto na Portaria Interministerial MF/MA/PA nº 38, de 09/03/04;

c.1. **Demais estoques:** os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. **Valor presente dos estoques:** em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/Aliação, no total de R\$ 996.370, foram convertidos pela tabela de Cálculo da Sobre taxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2008, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques. Portanto, não foram identificados efeitos relevantes sobre estes itens;

d. **Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** foram registrados pelo valor da sobre taxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MA/PA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos.

e. **Almoarifado:** os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. **Investimentos:** os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

g. **Seguros:** a Companhia tem como política manter cobertura de seguros em montante julgado suficiente pela área técnica para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades;

h. **Imobilizado:** demonstrado pelo custo de aquisição e/ou constituição, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 **Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** no exercício de 2008, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. **Benefícios a empregados:** o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são o de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. **Ajustes de Exercícios Anteriores:** os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados. Os ajustes efetuados no exercício de 2008 totalizaram a cifra de R\$ 266;

I. Reconhecimento da Receita:

I.1. **Serviços de armazenagem:** as receitas de serviços de armazenagem são reconhecidas quando estes são prestados. O complexo armazenador está representado por 179 armazéns, com capacidade estática para 2,2 milhões de toneladas, que atendem a diversos clientes vinculados ao setor de abastecimento; e

I.2. **Receita de venda dos estoques públicos:** as receitas são reconhecidas por ocasião da venda dos produtos. Os estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos, em função da política de abastecimento de cada região do País, são vendidos por meio de pregão eletrônico ou pelo programa vendas em balcão, garantindo assim preços justos aos consumidores finais, minimizando os movimentos especulativos. Essas operações estão regulamentadas no art. 31, da Lei nº 8.171/91 e Portaria Interministerial MF/MA/PA nº 38/04;

m. **Reconhecimento da despesa:** as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização da receita. As despesas que competem a exercícios futuros são diferidas.

n. **Regime de tributação:** para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte "B" do LALUR;

o. **Eventos Subseqüentes (NBC T19.12, de 27/02/2007, subitem 19.12.2.1 e NBC T6, de 11/12/1992, subitem 6.2.2.3)** – são aqueles subseqüentes à data do balanço, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis:

o.1. consubstanciado nas orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38 e Mensagem da Setorial Contábil do Mapa nº 2008/0906534, que determinam a atualização monetária das contas contábeis do Grupo 11229.XX.YY foi efetuada a correção do débito oriundo do Processo nº 004.582/2004-4, Tomada de Contas Especial da CONAB, relativa aos prejuízos no montante de R\$ 3.107 (valor original), causados por ex-empregados, inscrito em "diversos responsáveis", gerando uma receita nas atividades próprias de R\$ 13.229. Entretanto, após o encerramento do exercício, o assunto foi analisado pelo setor competente sobre a possibilidade de recuperação do débito, em face do julgamento do processo, conforme ATA/TCU nº 37, publicada no D.O.U. do dia 17/10/2008, cujos termos do Acórdão nº 3364/2008-TCU-1ª Câmara, que em resumo diz: "... em julgar as contas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à entidade e aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos". Em consequência, a Procuradoria Geral da Companhia sugeriu, em 12/01/2009, pelos procedimentos de baixa contábil do débito;

o.2. ainda com base nas orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38 e Mensagem da Setorial Contábil do Mapa nº 2008/0906534 foi efetuada a correção do débito oriundo do Processo 018.177/2004-4, Tomada de Contas Especial da CONAB, relativa aos prejuízos no montante de R\$ 5.599 (valor original), causado por ex-dirigentes, inscrito em "diversos responsáveis", gerando uma receita nas Atividades Governamentais de R\$ 9.127. Também, após já encerrado o exercício, foi feita a análise dos termos do Acórdão 673/2006, ATA/TCU nº 09, publicada no D.O.U. do dia 05/04/2006, em face do arquivamento do processo sem julgamento do mérito, ante a caracterização de fato impeditivo e da impossibilidade de interposição por parte do Ministério Público de recurso de revisão, em razão de o julgamento das contas ordinárias da CONAB, do exercício no qual ocorreu o dano, ter ocorrido há mais de cinco anos, determinando à CONAB que: "adote as medidas judiciais cabíveis com vistas à recuperação do dano de que trata a presente Tomada de Contas Especial – TCE". Portanto, deixando de ser TCE em andamento e carecendo de reclassificação;

o.3. os efeitos dos referidos Acórdãos estão evidenciados no subitem "o.4", a seguir e item 18, subitem "b.1", "b.2" e "c" desta Nota Explicativa.

o.4 **Demonstração do resultado ajustada**, após a baixa do débito e exclusão da receita de atualização monetária, pertinente aos Processos nº 004.582/2004-4 e 018.177/2004-4, o resultado superavitário de R\$ 26.278, apurado em 31/12/2008, passa para R\$ 6.422, conforme demonstrado a seguir:

Resultado em 31/12/2008					
Contábil			Ajustado		
Atividades Governamentais	R\$	20.004	Atividades Governamentais	R\$	20.004
Atividades Próprias	R\$	8.774	(-) Atualização Monetária	R\$	9.127
Consolidado	R\$	28.778		R\$	10.877
(-) Reserva Legal	R\$	435			
(-) Provisão p/ Dividendos	R\$	2.066	Atividades Próprias	R\$	8.774
			(-) Atualização Monetária	R\$	13.229
				(R\$ 4.455)	
				=====	
			Consolidado	R\$	6.422
			(-) Reserva Legal	R\$	0,00
			(-) Provisão p/Dividendos	R\$	0,00
Lucro Líquido - 2008			Lucro Líquido Ajustado – 2008		
	R\$	26.278		R\$	6.422

5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
ICMS a Compensar	181.160	177.372
IRRF a Compensar	872	688
Contribuições Outros Impostos	70	49
Total - Circulante	182.102	178.109

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$ 141.356 refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2009, de despesas processadas e liquidadas, relativos a gastos com custeio e convênios.

7. RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretária do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAfi, foi registrado o total de R\$ 130.266, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$ 28.351 referem-se às aquisições contratadas em 1999 para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, cujos pagamentos foram realizados com recursos próprios da Conab;
- R\$ 5.230 referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2008, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$ 95.353 referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2009;
- R\$ 168 referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com o convênio da Agricultura Familiar, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2009;
- R\$ 1.164 referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com o convênio Fome Zero, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2009.

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas "11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO" e "11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA", criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam. O valor de R\$ 28.351 encontra-se registrado na "11221.01.00 – ENTIDADES FEDERAIS, em face da natureza das Contas que compõem o Grupo de "11216.XX.YY".

8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 27.351, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

No exercício de 2008 foram efetuados os registros dos valores a receber de servidores, referentes ao Serviço de Assistência à Saúde – SAS, cujo saldo em 31/12/2008 corresponde a R\$ 5.883.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Créditos por Alienação de Bens	5.501	5.594
Créditos por Cessão de Pessoal	1.287	781
Créditos com Servidores – SAS e outros	6.682	4.172
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽¹⁾	152.350	0
Subtotal – Circulante	165.820	10.547

Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38 e Mensagem da Setorial Contábil do Mapa nº 2008/0906534, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, foram transferidos da conta "11229.05.00 – Diversos Responsáveis – Apurados, para a rubrica "11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽¹⁾.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Créditos por Alienação de Bens	9.717	9.138
Títulos a Receber	31.176	5.679
Outros Créditos	369	241
Créditos a Receber em Poder da Justiça	111.359	0
Subtotal – Não Circulante	152.621	15.058
Total – (Circulante + Não Circulante)	318.441	25.605

10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Os Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda possível, mas nenhuma provisão foi constituída. Estes créditos estão atualizados monetariamente (valor presente) até 31/12/2008, representam a cifra de R\$ 1.849.310, registrados em controles extracontábeis, com a seguinte composição:

Descrição	Posição em 31/12/2008	
Ajuizados	1.680.419	
Encaminhado para Ajuizamento	16.583	
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.764	
Outros (*)	147.544	
Total	1.849.310	

(*) Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de novembro e dezembro de 2008 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2008, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Entidades Federais	30.380	14.096
Entidades Estaduais, Distritais e Municipais	0	22
Créditos Parcelados	117	119
Recursos da União	9.829	27.362
Diversos Responsáveis – Apurados ⁽²⁾	31.063	292.801
Total – Circulante	71.389	334.400

Os registros na conta "Diversos Responsáveis – Apurados ⁽²⁾", são oriundos de débitos apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, nos termos do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Créditos Parcelados	6.579	6.579
Créditos a Recuperar	103	107
Total – Não Circulante	6.682	6.686

12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$33.458.

13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$ 352.404 representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar que será quitado mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas em aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses Estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO
-----------	-----------

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: com base no resultado das atividades próprias, apurado no 4º trimestre, conforme Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR (Prejuízo Fiscal), não houve provisão para o IRPJ e CSLL, conforme demonstrado:

Resultado Econômico do 4º Trimestre	-R\$	2.161
(+) Adições	R\$	876
(-) Exclusões	R\$	13.229
= Lucro (Prejuízo) Real	-R\$	14.514
(-) Compensação da base de cálculo negativa	-R\$	4.354
= Base de cálculo da CSLL e IRPJ	R\$	0
x 9% = CSLL a pagar	R\$	0
x 15% = IRPJ a pagar	R\$	0

b.1. Reserva legal e dividendos: Tomando por base o Resultado Econômico das Atividades Próprias, foram provisionadas a Reserva Legal, no valor de R\$ 435 e a Distribuição de Dividendos, no valor de R\$ 2.066, nos termos dos incisos I e II do art. 28 das disposições estatutárias da Conab, conforme demonstrado a seguir:

I – Reserva Legal	- 5%
II – Dividendos	- 25%

O Resultado Econômico apurado no exercício de 2008 foi o seguinte:

Atividades Próprias	R\$	8.774
Atividades Governamentais	-R\$	20.004
TOTAL	R\$	28.778

b.1 Ajuste do cálculo da reserva legal e dos dividendos: O resultado da Atividade Própria, ajustado pela exclusão da receita de atualização monetária de diversos responsáveis, no valor de R\$ 13.229, em consequência da baixa do débito, ocorrida em 30/01/2009, pertinente ao processo nº 004.582/2004-4, Acórdão/TCU nº 37/08; passa de um lucro de R\$ 8.774, para um prejuízo de **-R\$ 4.455**, conforme demonstrado:

Resultado Consolidado, em 31/12/2008	R\$	28.778
(-) Resultado Operações Governamentais	R\$	10.877
(-) Atualização Monetária – Proc. 018.177/2004-4	-R\$	9.127
= Resultado das Atividades Próprias	R\$	8.774
(-) Atualização Monetária – Proc. 004.582/2004-4	-R\$	13.229
= Resultado Atividade Própria (Ajustado) 31/12/2008	R\$	-4.455

Com base no resultado ajustado, não haverá constituição de Reserva Legal e nem da Provisão para Pagamento de Dividendo, cujo cálculo demonstra-se a seguir:

1. Cálculo da Reserva Legal

Capital Social	R\$	223.180
Limite p/constituição da Reserva		20%
Resultado Limitado a	R\$	44.636
Reserva de Lucros – exercício 2007	R\$	10.814
Lucro antes da CSLL	R\$	0,00
(-) CSLL	R\$	0,00
(-) IRPJ	R\$	0,00
= Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	R\$	-4.455
Limite p/constituição da Reserva Legal	R\$	0,00
Reserva Legal	R\$	0,00

2. Cálculo dos Dividendos

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	R\$	-4.455
Dividendos		25%
Dividendos a distribuir	R\$	0,00

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2008, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$ 28.778, cujo resultado ajustado é de R\$ 6.422. A seguir, são demonstrados os comportamentos das despesas e receitas que influenciaram o resultado (**composição do superávit**):

DESCRIÇÃO	Real(R\$)
Receita Líquida de Armazenagem	30.884
Receita Líquida de Vendas (menos o custo)	14.136
Juros s/Aplicações Financeiras	7.204
Recursos a Receber	3.400
Doações Recebidas (Estoques Estratégico/MO/PAA)	3.174
Receitas de Aluguel	4.619
Resultado Indeniz.(Ressarc. Desp. Manut. Est. Públicos e outras)	34.605
Resultado de Perdas de Mercadorias	(14.933)
Resultado Diversos Responsáveis	31.128
Resultado Negativo de Créditos Tributários	(2.072)
Depreciações – Administração	(11.494)
Resultado de Créditos por Cessão de Pessoal	330
Resultado de Alienação de Bens Imóveis	9.759
Resultado Aquisição/Baixas de Bens	7.163
Ressarcimentos de Serviços Administrativos	1.310
Obrigações por Faturamento Controle Escritural	(1.861)
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	5.312
Outras Receitas	150
Despesas Comerciais e Administrativas	(94.035)
Resultado Econômico	28.778
Provisão para Imposto de Renda	0
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	0
Resultado Líquido do Exercício	28.778
(-) Atualização Monetária - Processo nº 004.582/2004-4	9.127
(-) Atualização Monetária – Processo nº 018.177/2004-4	13.229
Resultado Ajustado do Exercício	6.422

19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, no valor total de R\$ 30.660, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, àquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás.

20. ACÓRDÃO TCU Nº 2.016/06

Consoante determinação constante no **Ofício nº 428 TCU/SEMAG-1DT**, de 9/11/2006, em face de decisão da Sessão Plenária de 1º/11/06 que aprovou o Acórdão nº 2016/2006, proferido nos autos do Processo nº 011.810/2006-8, que se transcreve: “9.4 determinar às empresas estatais dependentes e ao Banco Central que, em cumprimento ao art. 18 da Lei 10.180/01, incluam, nas notas explicativas publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis emitidas segundo a Lei nº 6.404/76, conciliação dos valores destas com aqueles relativos aos demonstrativos levantados pela ótica da Lei nº 4.320/64 e obtidos via Siafi.”

A Conab, via decisão administrativa e objetivando dar segurança, agilidade e transparência as suas ações, ingressou no sistema Siafi em 1992, sendo a empresa estatal pioneira em adotar tal procedimento. Naquela ocasião, o sistema sofreu inúmeros ajustes, de modo a permitir a contabilização de atividades de compra, estocagem e venda de produtos, além das peculiaridades próprias de empresas obrigadas a seguir os ditames da Lei nº 6.404/76. Desde então, a Conab utiliza o Siafi para registrar todos os seus atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial na modalidade total. Assim sendo, a Companhia não utiliza sistemas paralelos e as demonstrações contábeis publicadas, segundo a Lei nº 6.404/76, não apresentam divergências com os demonstrativos elaborados em conformidade com a Lei nº 4.320/64.

21. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNBP sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2008 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, mensalmente, também repassa valores a título de amortização de dívida, contratada do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994, bem como de Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2008, foram amortizadas 179 parcelas, restando 61. O saldo da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2008 e 2007, respectivamente, foi de R\$ 60.312 e R\$ 68.146.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por auditores independentes e a Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária. A última Avaliação Atuarial teve como base 31 de março de 2008.

Em razão da NOTA TÉCNICA Nº 30 CGFR/CGAT, o CIBRIUS, em face da apuração de insuficiência de cobertura do Plano de Benefícios, esteve, no período de 13/12/2000 a 30/11/2007, em processo de intervenção federal da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. Após o término da intervenção, a gestão da Entidade foi devolvida aos participantes e assistidos, com a recomposição dos seus órgãos estatutários.

Em consonância com a legislação, a cobrança das insuficiências atuariais do Plano vem sendo discutida na justiça, na 3ª Vara Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal – sob o Processo nº 2000.3400.04.4722-0.

Em 2007, praticamente após oito anos de intervenção federal no CIBRIUS/SPC, iniciaram-se, entre representantes do Departamento de Controle das Empresas Estatais – DEST, da Diretoria Colegiada da Conab e do representante da Secretaria de Previdência Complementar/Ministério da Previdência Social, discussões para o equacionamento administrativo das insuficiências de cobertura, propondo-se o Saldamento do Plano de Benefícios Conab e a modelagem de um novo plano a ser oferecido aos empregados das patrocinadoras, cujos trabalhos encontram-se em fase de modelagem técnica devendo, em ocasião oportuna, ser levado ao conhecimento da Diretoria Colegiada e dos empregados da Conab.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo 2007/2008/2009, mediante desconto em folha de pagamento.

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Exercício 2008

A Auditoria Interna – Audin, com base nas normas de auditoria interna aplicáveis e nas técnicas e procedimentos amostrais realizados, examinou os atos e fatos praticados no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, relativos ao exercício findo em 31/12/2008, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 107, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104). Os procedimentos de revisão consistiram basicamente de: i) entrevistas junto aos profissionais da Companhia para entendimento dos principais critérios e premissas utilizados na preparação das peças inseridas no processo de prestação de contas anual; ii) análises de informações de arquivos eletrônicos extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi e confronto, em base de amostragem, dessas informações com a documentação que suportou os respectivos registros contábeis; iii) confrontação com dados de fontes de informações extra contábeis, em base de amostragem; iv) revisão, em base de amostragem, de contratos, acordos e outros documentos comprobatórios e confronto com as informações contidas no Siafi; e v) análise de processos de trabalho e de fluxos de informações que subsidiaram a percepção sobre o nível de aderência da gestão aos princípios de controles internos administrativos.

I. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os processos de prestação de contas individualizados das Superintendências Regionais da Conab nos Estados de Goiás – GO, Minas Gerais – MG, Paraná – PR, Rondônia – RO e o processo que consolida as contas da Matriz e demais Superintendências Regionais foram organizados e apresentados em conformidade com as regras estabelecidas na Decisão Normativa/TCU n.º 94/2008 e na Norma de Execução/CGU nº 03/2008, aprovada pela Portaria/CGU n.º 2238/2008, tudo em consonância com a Instrução Normativa/TCU n.º 57/2008, exceto:

1) Pela ausência do Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras, cujos trabalhos foram prorrogados para o dia 17/04/2009, em razão da necessidade de contagem física dos estoques.

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2008

As Demonstrações Financeiras do Balanço encerrado em 31/12/2008 foram elaboradas em conformidade com a NBCT 3 (Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis), aprovada pela Resolução/CFC n.º 686/1990, com as alterações dadas pelas Resoluções/CFC n.ºs 847/1999, 887/2000 e 1.049/2005, e com o artigo 176, da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, e ainda com a nova redação dada pela Lei n.º 11.638 de 28/12/2007 e Medida Provisória n.º 449, de 31/12/2008, aplicáveis às empresas públicas. As Demonstrações, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto:

1) Pelos efeitos modificativos causados ao resultado do exercício e patrimônio líquido, em razão dos fatos consignados nas Notas Explicativas n.º 4, subitens “o”, “o.1”, “o.2”, “o.3”, “o.4” e n.º 18, subitens “b”, “b.1” e “c”, em face do contido no Relatório de Auditoria n.º 01/2009 e na Nota Técnica Audin n.º 03/2009, itens II.1 e III.

2) Pelas divergências entre os saldos contábeis da conta “Estoques para Alienação” e os saldos financeiros dos inventários de mercadorias das Superintendências Regionais do MT, MG, PB e SC, objeto do Relatório de Auditoria n.º 01/2009. Observamos que a Companhia procedeu aos ajustes necessários no sistema de controle de estoque e os registros contábeis pertinentes no exercício de 2009.

III . CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

As ações de Auditoria Interna no exercício de 2008, conforme previsão no PAINT/2008, foram executadas nas áreas Finalísticas (PAA, Convênios e PGPM), Administrativa (Patrimônio e Licitações e Contratos), Recursos Humanos (Benefícios Concedidos e Folha de Pagamento) e Contábil-Financeira (Balanço e Contábil-Financeiro).

Atendendo ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração, conforme Ata da Centésima Septuagésima Sexta Reunião Ordinária, de 12 de dezembro de 2007, que contemplem a programação das ações a serem executadas no exercício de 2008, a Audin desenvolveu as atividades elencadas no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna-RAINT.

Mediante aplicação de testes de observância, seguindo roteiros técnicos denominados Questionários de Avaliação dos Controles Internos Administrativos – QACI, de que tratam os itens 2.3 e 3.3 do Manual de Auditoria Interna – MAI, concluímos que os controles da entidade estão adequados e aderentes às normas internas da Conab e que pequenas disfunções pontuais estão sendo saneadas diante, inclusive, das orientações emanadas da Audin, mediante seus relatórios.

A Conab, em linhas gerais, preocupou-se com a documentação e a organização dos sistemas de controles internos, cujas normas internas organizativas (estatuto, regimento e organograma), manuais de rotinas e procedimentos estão

disponibilizados na *Intranet*, a todo o corpo profissional, em atendimento aos requisitos de gestão participativa, transparente e ética, a que faz referência o inciso V, artigo 2.º do Decreto n.º 5.378, de 23/2/2005.

Constatou-se, ainda, a atenção da Conab no desenvolvimento de uma cultura de estratégia, controle e de gestão orientada a resultados, utilizando-se de canais de comunicação constante entre os seus vários níveis hierárquico-organizacionais, merecendo destaque a disponibilização física e em meio magnético (*Intranet*) de: *clipping* diário, “Notícia do Dia”, “Folha da Conab”, etc; em consonância com a metodologia COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras) de controles internos, a qual propugna pela criação de um ambiente de controle sobre as transações.

IV. A REGULARIDADE DE PROCESSOS LICITATORIOS

O exercício de 2008 foi marcado por grandes transformações nos procedimentos de auditoria. Sobre tudo na área de regularidade de procedimentos licitatórios, a equipe de auditores foi reforçada por procuradores aptos a contribuir com uma visão tecnicamente mais apurada aliada à evolução dos planejamentos de estudo de campo e da aplicabilidade de técnicas de auditoria modernas, frutos de cursos de reciclagem e treinamentos específicos ao longo do exercício.

Tais modificações conduziram os trabalhos de auditoria a buscar não apenas a aplicação dos princípios genéricos pertinentes aos procedimentos licitatórios, como a manutenção do sigilo, da imparcialidade e a garantia da igualdade entre os licitantes, mas também a aplicabilidade imediata dos princípios que regem a atuação da Administração Pública enquanto tomadora e gerenciadora de serviços a si prestados, ampliando-se de forma significativa a possibilidade de análise de gestão.

Para a consecução deste fim, a Audin reviu a elaboração de contratos, estabeleceu novos parâmetros de contratações e permaneceu efetuando um acompanhamento diário das contratações diretas realizadas pela empresa, por meio das publicações no Diário Oficial da União – DOU com vistas a garantir que tais contratações diretas encaixem-se no padrão de esporádicas, eventuais e excepcionais.

Esta prática realizada pela Audin foi reforçada pelo recebimento de comunicações internas expedidas pelos órgãos contratantes, motivadas por um cuidadoso trabalho de organização e orientação expedidos por este órgão.

Tendo em vista, portanto, a realização do trabalho de acompanhamento minucioso das contratações diretas efetivadas durante todo o ano de 2007, a Audin, no exercício de 2008, procedeu às ações de campo no intuito de analisar, avaliar e orientar as contratações diretas realizadas pela Matriz e as Superintendências Regionais de: Santa Catarina, Rondônia, Ceará, Goiás e Pernambuco.

Dentro do resultado positivo destas atuações, destaque-se a manutenção do índice de contratações diretas realizadas pela Companhia em patamar inferior à porcentagem de contratações diretas realizada pela Administração Direta e Indireta da União.

Ainda sobre estas ações de auditoria, no que tange às impropriedades eventualmente encontradas, informa-se que foram incluídas nos relatórios de auditoria, os quais continham sugestões e recomendações a serem implementadas de imediato. As implementações são acompanhadas por meio do programa SIAUDI, por *follow-up*, até que a unidade auditada resolva as pendências.

V. O GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Em 2008 a Conab não firmou convênios, acordos ou ajustes na condição de concedente.

Contudo, estava em vigência o convênio firmado com a Fundação Artur Bernardes em 2006 (Siafi n.º 572144) com termo final de execução previsto para 6/12/2010. Esse convênio possui como objeto o treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoas ligadas ao setor de produção e armazenamento agrícola, empregados da Conab ou de pessoas por ela indicadas, bem como a realização de seminários, aprimoramento de material didático dos cursos e produção de boletins de divulgação de técnicas na área de armazenagem, desenvolvimento de projeto de pesquisa para quantificação de perdas no pós-colheita, implementação de programa de transferência e difusão de tecnologia na área de armazenamento, integração com as escolas técnicas, desenvolvimento de *software* para apurar os custos da atividade de armazenamento e processamento.

No exercício em referência – 2008 – por meio do Ofício Presi/Diges nº 0476, de 16 de setembro de 2008, a Conab solicitou a rescisão do aludido Convênio, com base na cláusula décima quinta que estabelecia as condições para rescisão de comum acordo entre as partes.

No exercício de 2008, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$ 13.516, beneficiando 4.242 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2008, referente à participação financeira dos empregados é de R\$ 5.883.

22. CONVÊNIOS

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto estão sendo executadas com recursos próprios da Conab e de outros Órgãos do MAPA e MDA e, ainda, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP).

O montante dos recursos repassados foi:

Descrição	Exercícios	
	2008	2007
Repasse – Recursos Próprios	168	1.794
Repasse – Recursos Outros Órgãos	9.507	9.649
Repasse – Recursos Extraordinários do Orçamento – União	0	200
Total de Repasses	9.675	11.643

b. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

A Companhia, por força dos convênios mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu a 1.083 municípios e 92.071 produtores/famílias, sendo adquiridas 178 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadraram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, na distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído no art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 07/05/2008.

O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 293.613, em 2007 e R\$ 288.452 no ano de 2008.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2008.
WAGNER GONÇALVES ROSSI PRESIDENTE
LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES
SILVIO ISOPO PORTO DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL
ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO
RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF-067475232-53

extraordinária, ocorrida em março de 2008, nas quais exerceu as suas competências estatutárias de fiscalização dos atos de gestão dos administradores da Conab, análise dos balancetes mensais, exame das demonstrações contábeis anuais e tratou de outros assuntos de relevância.

O Conselho de Administração da Conab, por sua vez, composto pelo Presidente da empresa e cinco Conselheiros, realizou, no decorrer do exercício de 2008, 12 (doze) reuniões ordinárias, referentes a cada mês do ano, e 1 (uma) reunião extraordinária, ocorrida em março de 2008, nas quais, dentre outros assuntos de relevância, exerceu as suas competências estatutárias de orientação geral quanto aos negócios e prioridades da Conab, fiscalização da gestão da Diretoria Colegiada, aprovação de alterações no Regimento Interno e criação de unidades organizacionais na Companhia.

Audiuacompanhou as decisões dos conselhos por meio de monitoramento das implementações de recomendações e correção de eventuais impropriedades apontadas, de forma amostral. Para a seleção da amostra de acompanhamento, definiu-se o critério do conteúdo temático. Assim, verificou-se a implementação das decisões dos colegiados que, no entender da Audin, eram pertinentes de acompanhamento por representarem oportunidades de melhorias nos processos de gestão ou impropriedades que demandariam ações reparadoras.

Cumpre ressaltar que algumas das deliberações do Conad, voltadas ao aperfeiçoamento organizacional da empresa e ao gerenciamento administrativo de áreas da Companhia, foram, inclusive, objeto de regulamentação normativa interna, por meio de portarias e resoluções.

IX. DEMANDAS APRESENTADAS À AUDITORIA INTERNA PELOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

a) Demandas relativas ao cumprimento das atividades consignadas no PAINT.

Ao longo do exercício de 2008 os Conselhos Fiscal e de Administração não apresentaram demandas sobre a execução do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT.

Contudo, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento dos trabalhos de auditoria realizados pela Audin por meio dos relatórios de auditoria que foram disponibilizados para conhecimento daquele Colegiado.

b) Demandas relativas à solicitação de trabalhos especiais efetuados à auditoria interna.

O Conselho Fiscal solicitou à Audin os trabalhos especiais a seguir relacionados:

Demanda apresentada	Providências adotadas pela Audin	Resultados Alcançados
O Confis solicitou a análise e manifestação da Auditoria Interna acerca dos lançamentos sobre o déficit financeiro da Companhia nos valores de R\$ 43.843 mil e R\$ 214.796 mil, respectivamente, nas fontes "80" e "50", apresentado na Portaria/STN n.º 209, de 22/4/2008 publicada no DOU de 23/4/2008, a qual divulga o superávit financeiro apurado no exercício de 2007. A CI/DIAFI n.º 200 de 7/8/08 informa que o assunto foi esclarecido no OFÍCIO DIAFI n.º 199 de 5/8/08.	A Audin procedeu à análise, cujo resultado foi consignado na Nota Técnica n.º 19/2008, remetida ao Confis por meio da CI Audin n.º 409, de 17/10/2008.	Ficou constatado que as providências adotadas pela área responsável restabeleceu a regularidade da conta "disponibilidade por fonte de recursos".
CI Diafi n.º 210 de 25/8/08 em resposta à CI Confis n.º 012 de 8/8/2008. Após avaliação dos esclarecimentos prestados pela Superintendência de Contabilidade, Conselho deliberou que a Nota Técnica Sucon n.º 5/2008 que trata da adequações efetivadas pela Lei 11.638/2007 que alterou a Lei das Sociedades Anônimas n.º 6404/76, fosse submetida à Audin para avaliação e manifestação.	A Audin procedeu à análise, cujo resultado foi consignado na Nota Técnica Audin n.º 22/2008, de 26/11/08, remetida ao Confis pela CI Audin n.º 464, de 25/11/2008.	Os resultados estão espelhados nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2008.
Demanda enviada à Auditoria Interna pelo Conselho Fiscal para averiguar denúncia sobre a transferência de valores à Conab pelo Tesouro Nacional para ressarcimento de despesas de armazenagem em armazéns da Companhia de produtos pertencentes aos estoques públicos.	Conforme teor da Nota Técnica Coaud n.º 05/08, concluiu-se pela regularidade na aplicação dos recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional à Conab, referentes à Política de Garantia de Preços Mínimos.	Improcedente

c) Acompanhamento do cumprimento das recomendações dos órgãos de controle, inclusive da própria Auditoria Interna

O Conselho Fiscal solicitou à Audin os esclarecimentos abaixo elencados:

Recomendação/Determinação	Informações prestadas pela Audin	Encaminhamento dos conselhos sobre o assunto
Determinações dos Órgãos de Controle Interno(SFC) e Externo(TCU). 11.1 – Tribunal de Contas da União. Determinações do TCU nos Acórdãos 1459/2008 (representação Sureg/RS) e 1898/2008 (Prestação de Contas da Sureg/MG). O Colegiado solicitou à Presidência da Companhia informações sobre o atendimento às determinações do TCU nos Acórdãos acima mencionados.	A Audin prestou informações sobre as providências adotadas pelas Superintendências do TCU nos Acórdãos 1459/2008 e 1898/2008 (Prestação de Contas da Sureg/MG) por meio do Quadro de Acompanhamento das Determinações / Recomendações do TCU-exercício 2007 e 2008 enviado ao Conselho por meio da CI Audin n.º 473, 28/11/2008.	

Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). Quadro de acompanhamento contendo as determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e as respectivas providências adotadas pela Conab. O Confis solicitou que a Conab apresente quadro de acompanhamento trimestralmente contendo as determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e as respectivas providências adotadas pela Conab.	A Audin atendeu a recomendação por meio da CI Audin n.º 473, de 28/11/2008.	
Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). Acórdão n.º 2887/2008 – TCU – 1ª Câmara. O referido Acórdão versa sobre o julgamento das contas da Conab, relativas ao exercício de 2006, dando quitação plena aos Gestores, com exceção daqueles mencionados no caput do Acórdão que tiveram suas contas regulares com ressalvas. Determina ainda, aquele Tribunal, à Conab, que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Cibrius.	A Audin retomou a supervisão no Cibrius e efetuou auditoria especial referente aos exercícios de 2006 e 2007. O relatório final foi encaminhado ao Confis por meio da CI Audin n.º 505, de 31/12/2008.	
Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 7.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – CI/Coaud n.º 134 de 4/4/2008. O Confis solicita esclarecimentos para o não posicionamento da Coaud, até o momento, acerca das respostas oferecidas pela Sureg/GO, por meio das CI/Sureg/GO n.º 7006, de 7/11/2007, e n.º 7140, de 13/11/2007, relativas às auditorias n.º 31/2007 e n.º 34/2007, respectivamente.	Após posicionamento da SUOPE e SUCON, concluiu a análise do Auditor Interno, o Processo n.º 2301/2007 foi encaminhado à Sureg-GO, em 2.12.2008, para adoção de providências com vista à solução das pendências.	O Conselho Fiscal mantém o acompanhamento mensal da evolução das pendências, consignando em ata ou emitindo correspondência específica à Presidência sobre aquelas de maior relevância ou que permanecem pendente por longo período de tempo.
Auditoria interna - Audin: 7.1 Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2006 e 2007 – Posições de 25/07/2008 – Comunicação Interna Audin n.º 276, de 30/7/2008. a) Exercício 2006: O Confis verificou com relação ao Relatório de Auditoria – RA n.º 015, que a Sureg/AM, por meio da CI/51, de 21/2/2008, informou que o devedor apresentou proposta para quitação do débito em 8(oito) parcelas, tendo sido o assunto submetido à análise da Procuradoria-Geral – Proge. Dado o lapso temporal, o Conselho solicita a adoção de providências, com vistas à solução da pendência.	Conforme CI Sureg/AM n.º 528, de 30/12/08, inserido no Processo Audin n.º 1388/2006, a dívida do Instituto de Desenvolvimento de Amazonas-IDAM foi integralmente quitada.	O Conselho Fiscal mantém o acompanhamento mensal da evolução das pendências, consignando em ata ou emitindo correspondência específica à Presidência sobre aquelas de maior relevância ou que permanecem pendente por longo período de tempo.
Auditoria interna - Audin: 7.1 Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2006 e 2007 e 2008 – Comunicação Interna Audin n.º 311, de 22/8/2008. a) Exercício 2006: O Confis verificou com relação ao Relatório de Auditoria – RA n.º 008, o mesmo encontra-se na Sureg/SP para ciência e providências com vistas à solução das pendências, desde 15/5/2008. O Confis solicita informações acerca do motivo da não solução da pendência. Relatório de Auditoria – RA n.º 015 – Sureg/AM, por meio da CI/52, de 21/2/2008, manter o Confis informado do andamento para a solução das pendências. b) Exercício 2007	a) RA n.º 008 - Os assuntos referentes às pendências foram reavaliados pela Equipe de Auditores que executou trabalhos de Auditoria Contábil financeira e de Patrimônio na Sureg-SP no mês de novembro/2008. A pendência referente ao item 065 foi solucionada e a referente ao item 058 foi baixada do RA. A pendência referente ao item 008 e a referente ao item 058 foi tratada no relatório que está sendo concluído e será disponibilizado, oportunamente, via Sistema SIAUD. RA n.º 15 - Conforme CI Sureg/AM n.º 528, de 30/12/08, inserido no Processo Audin n.º 1388/2006, a dívida do Instituto de Desenvolvimento de Amazonas-IDAM foi integralmente quitada. b) RA n.º 031 - Após posicionamento da SUOPE e SUCON, concluiu a análise do Auditor Interno, o Processo n.º 2301/2007 foi encaminhado à Sureg-GO, em 2.12.2008, para adoção de providências com vista à solução das pendências.	O Conselho Fiscal mantém o acompanhamento mensal da evolução das pendências, consignando em ata ou emitindo correspondência específica à Presidência sobre aquelas de maior relevância ou que permanecem pendente por longo período de tempo.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab Brasília - DF

- Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Exceto pelos assuntos mencionados nos parágrafos 3 a 6, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.2, em 31 de dezembro de 2008, a Companhia responde a processos judiciais de naturezas cíveis e trabalhistas, em função disso possui registrado no ativo não circulante o montante de R\$33.458 mil referente a depósitos judiciais e recursais. Todavia, as demonstrações contábeis não contemplam quaisquer provisões contingenciais para fazer face a possíveis perdas decorrentes dos riscos contingenciais. Ademais, a Administração da Conab encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos controles internos, dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências, visando dar conformidade ao estabelecido pela NPC 22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Dessa forma, em função do atual estágio em que se encontra esse processo, não foi possível concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como sobre a necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis relacionados a contingências, naquela data.
- A Companhia não realizou estudo para avaliar a existência de eventual perda por redução ao valor de recuperação do ativo imobilizado (impairment), cujo saldo, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$138.925 mil. Além disso, a Conab possui registrado no ativo permanente investimento o montante de R\$55.085 mil, preponderantemente referente a bens imóveis cedidos, por meio de contratos de comodato, a outros órgãos da administração pública que atualmente não estão gerando receitas à Companhia. Nesse contexto, a Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitem avaliar se os referidos ativos serão recuperados em sua totalidade pela geração de resultados futuros.
- A Companhia dispõe de sistema de custos dos estoques que demonstra as movimentações de todas as Superintendências Regionais - Sureg's, entretanto o sistema não gera relatórios consolidados com as movimentações diárias dos custos das regionais. A Administração da Conab está em fase de implementação do sistema de controle dos estoques denominado XFAC que será responsável pela integração de todas as movimentações ocorridas nos estoques das

- Sureg's. Como consequência, em função do atual estágio em que se encontra esse processo, encontramos impossibilitados de formar uma opinião sobre a adequação do saldo dos custos das mercadorias vendidas na demonstração do resultado do exercício findo naquela data, bem como avaliar os possíveis impactos tributários decorrentes.
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui registrado o montante de R\$181.160 mil referente à ICMS a compensar, decorrentes principalmente das aquisições de mercadorias destinadas às doações ao Programa Federal - Fome Zero. Todavia, a Companhia, amparada por isenção (Convênio ICMS nº 18 de 2003), não vêm promovendo um volume expressivo de saídas tributáveis, dessa forma, encontramos impossibilitados de atestar quanto a realização do aproveitamento do referido crédito tributário, naquela data.
 - A Conab é patrocinadora de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, denominada Instituto Conab e Seguridade Social - CIBRIUS. Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, a Conab possui dívida contratada com o CIBRIUS, por meio do termo de adesão firmado em 7 de outubro de 1994 e termo aditivo firmado em 12 de dezembro de 2002, referente ao equacionamento de parte da insuficiência de cobertura das provisões matemáticas a constituir, relativas ao serviço passivo. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2008 é de R\$60.312 mil (R\$68.146 mil em 2007). Entretanto, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 não contemplam quaisquer obrigações referentes ao reconhecimento do referido montante. Por consequência, em 31 de dezembro de 2008, o passivo está diminuído e o resultado do exercício aumentado naquele montante.
 - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e nº 11, a Conab possui registrado em 31 de dezembro de 2008, no ativo circulante os montantes de R\$152.350 mil e R\$31.063 mil e no ativo não circulante os montantes de R\$111.359 mil e R\$22.428 mil referentes a créditos por infrações contratuais, principalmente relacionados a perdas dos estoques em poder de terceiros. Contudo, considerando as incertezas quanto à realização desses créditos, os ativos em questão não deveriam estar registrados em sua totalidade, em conformidade com a NPC 22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que determina o registro de ativos contingentes somente quando forem considerados praticamente certos de realização. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão aumentados naqueles montantes.
 - Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a Conab possui registrado, em 31 de dezembro de 2008, o montante de R\$30.380 mil na rubrica Entidades Federais, dos quais R\$28.352 mil referem-se a valores a receber do Programa e Distribuição de Alimentos – PRODEA pendentes de recebimento. Entretanto, no exercício de 2000, o referido programa foi extinto. Por consequência, considerando as incertezas quanto à realização desses créditos, o ativo em questão deveria estar integralmente provisionado, em conformidade com a NPC 22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão aumentados naquele montante.
 - Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que possam advir dos assuntos mencionados nos parágrafos de 3 a 6 e, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados

nos parágrafos de 7 a 9, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, o plano de benefícios administrado pelo CIBRIUS está estruturado na modalidade de benefício definido e em 31 de dezembro de 2008 possui registrado em suas demonstrações contábeis provisão matemática a constituir. Entretanto, a cobrança dessa insuficiência atuarial encontra-se em discussão judicial e o plano está em processo de modelagem para o seu saldamento. Adicionalmente, a Companhia não efetuou os cálculos a fim de determinar o passivo atuarial em consonância aos critérios previstos pela NPC 26 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Dessa forma, em função do atual estágio em que se encontram os referidos processos, não é possível determinar os eventuais efeitos desses temas nas demonstrações contábeis naquela data.
- Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 25 de março de 2008, foi emitido sem ressalva. Conforme mencionado na nota explicativa 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
- As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 12, tomadas em conjunto.

Brasília, 17 de abril de 2009

Marcelo Faria Pereira
Sócio-contador
CRC 1RJ077911/O-2 "S" DF

BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB

O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, consoante o art. 25 do Estatuto Social da Companhia, combinado com o art. 163, incisos II, III e VII, da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, examinou o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, as Notas Explicativas e o Relatório de Atividades da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, com exceção do Parecer da Auditoria Independente, previsto no art. 3º da Lei nº 11.638/07, o qual não foi apresentado ao Colegiado.

Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Companhia, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e respaldados no Relatório de Auditoria nº 01/2009 e no Parecer da Unidade de Auditoria Interna, datado de 20/03/2009, opinam que as Demonstrações acompanhadas das Notas Explicativas refletem a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto: 1) pelos efeitos modificativos causados ao resultado do exercício e patrimônio líquido, em razão dos fatos consignados nas Notas Explicativas, item "4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS", subitens "o", "o.1" a "o.4" e item "18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO", subitens "b", "b.1" e "c", em face do contido no Relatório de Auditoria nº 01/2009 e na Nota Técnica Audin nº 03/2009, itens II.1 e III; 2) pelas divergências entre os saldos contábeis da conta "Estoques para Alienação" e os saldos financeiros dos inventários de mercadorias das Superintendências Regionais do MT, MG, PB, e SC, objeto do Relatório de Auditoria nº 01/2009; e 3) no que respeita à constituição de reserva legal e dos dividendos a distribuir, constantes da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

O Colegiado examinou também a "PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO, APURADO EM 31/12/2008 E EM EXERCÍCIOS ANTERIORES", datada de 18 de março de 2009. No que concerne à proposta de constituição de "Reserva de Retenção de Lucros", dos saldos de "Lucros a Destinar do Exercício" no valor de R\$ 6.422.018,12 e "Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores" no valor de R\$ 149.250.115,74, opina que para constituição da "Reserva de Retenção de Lucros" é imprescindível a apresentação do Orçamento de Capital, conforme previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Brasília-DF, 26 de março de 2009.

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO

MARCUS VINICIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos incisos IV e V, do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CONAB, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas e o Relatório de Atividades do Gestor, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, considerando, ainda, o contido no Parecer da Auditoria Interna, resolve APROVÁ-LOS e submetê-los ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Brasília-DF, 24 de março de 2009.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira